



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL PLENO

PROCESSO N° 008927/2025

TERMO DE JUNTADA

Pelo presente termo, faço a juntada aos autos supra da sustentação oral apresentada pelo Excelentíssimo Senhor **Ricardo Nasser Sefer**, Procurador-Geral do Estado do Pará e pela Excelentíssima Senhora **Adriana Franco Borges Gouveia**, Procuradora-Geral Adjunta Administrativa do Estado do Pará, ambos representando o Estado na Sessão Extraordinária de 02/06/2025, de análise das contas do Governo do Estado do Pará, exercício de 2024, quando lhe foi concedida a palavra para se manifestar, na forma como lhe faculta o artigo 261 do RITCE/PA.

Manifestação do Senhor **Ricardo Nasser Sefer**, Procurador-Geral do Estado do Pará:

Muito bom dia Conselheiro Presidente da Corte, Conselheiro Fernando Ribeiro. Meu ilustre amigo Doutor Stephenson, Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas junto a este Tribunal. Queria saudar a todas as Conselheiras e todos os Conselheiros, Conselheiros substitutos, Membros do Ministério Público de Contas. Todos os servidores desta Casa, em nome do Secretário Ivaldo da Seplad, a meus colegas secretários, representantes do Poder Executivo. Enfim, todos que hoje acompanham esta sessão.

A equipe da Procuradoria Geral do Estado, Conselheiro Presidente, em conjunto com a Secretaria de Fazenda do Estado, aqui representada pelo meu amigo Lourival Barbalho, secretário adjunto da SEFA e em conjunto também com a Secretaria de Planejamento e Administração do Estado, vem fazendo um trabalho profundo, detalhado desde que esta equipe assumiu em 2019 a gestão administrativa, financeira, orçamentária do Governo do Estado do Pará.

Uma das figuras mais relevantes e importantes nesta construção é a figura da procuradora-geral adjunta, da área administrativa da PGE, a Doutora Adriana Gouvêa, a quem eu gostaria de pedir a gentileza e a licença que possa fazer a fala técnica em nome do Governo do Estado do Pará para, após, eu fazer algumas considerações adicionais do ponto de vista do Governo do Estado. Doutora Adriana.

Sustentação oral apresentada pela Excelentíssima Senhora **Adriana Franco Borges Gouveia**, Procuradora-Geral Adjunta Administrativa do Estado do Pará:

Olá, bom dia a todos e todas aqui presentes. Cumprimento o Procurador Geral do Estado em nome de quem esteve o cumprimento a todos os demais membros do Poder Executivo aqui presente.

Cumprimento também, especialmente o Presidente dessa Corte de Contas, Conselheiro Fernando Ribeiro. Cumprimento que estendo aos demais Conselheiros e Conselheiras aqui presentes.

Cumprimento também o ilustre Procurador Geral de Contas do Estado e cumprimento também que isto tem dos demais membros do MPC aqui presentes. Bem, estamos aqui para tratar uma espécie de defesa do Estado nesse processo de prestação de contas do Poder Executivo do Estado do Pará.

Já foi apresentado para esta ilustre Corte de contas o Balanço Geral do Estado, elaborado pela Secretaria de Estado de Fazenda, onde foram destacados alguns pontos importantes para este Governo que seriam o destaque a transparência, o equilíbrio fiscal e o desenvolvimento sustentável da gestão do Estado do Pará. Constam do relatório, também elaborado pela SEFA os indicadores de gestão fiscal, com a análise dos resultados da avaliação Fiscal do Governo do Estado do Pará.

É importante relatar que no ano de 2024, a receita corrente líquida do Estado alcançou o montante de R\$ 41.200.000.000,00 (quarenta e um bilhões e duzentos milhões) em valores nominais, o que representou um incremento da ordem de cerca de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) em relação ao exercício anterior.

Isso nos permitiu realizar mais investimentos, principalmente estruturantes, considerando que o Estado vai ser sede de uma de um evento internacional esse ano. E esses investimentos já alcançaram a ordem de R\$ 4.500.000.000,00 (quatro Bilhões e quinhentos milhões de reais), esses investimentos estruturantes não só visam a COP, mas também ficarão como legado para a sociedade paraense.

Então, esse incremento na receita foi fundamental para que o Poder Executivo pudesse realizar muitos desses investimentos. O Balanço Geral também demonstrou que foi aferido todos os limites constitucionais e legais, em especial às despesas próprias que sabemos com saúde, educação, pessoal e encargos sociais.

O Pará também cumpriu a meta do resultado primário, tanto seguindo os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal descritos na LDO de 2023, quanto o acordado com a Secretaria do Tesouro Nacional dentro do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal.

Quanto aos gastos com pessoal, o Poder Executivo, ele segue respeitando todos os limites de gastos com pessoal previsto na LRF e o percentual em relação a nossa receita corrente líquida alcançou o montante de 40.55%, o que respeita todos os limites, inclusive

prudenciais, previstos na legislação e no ordenamento jurídico pátrio, demonstrando mais uma vez a responsabilidade e a preocupação que esse Governo possui com os gastos com pessoal e os limites impostos no nosso ordenamento.

Então, o Relatório de Gestão Fiscal como instrumento de transparência foi devidamente exposto no balanço para o devido controle, monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos na Secretaria pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, como já dito, que todas as exigências de gastos feitas pela Constituição foram atendidas na área da educação, o Poder Executivo ultrapassou de sobremaneira o valor mínimo exigido de 25%, alcançando um montante de quase 32% de gastos da receita líquida de impostos com a educação.

Mostrando mais uma vez a preocupação e o esforço que o Estado tem em investir na educação do Estado, o que isso refletiu nos nossos índices práticos em relação a outros Estados da Federação.

Em relação à saúde, também houve a aplicação dos limites mínimos exigidos pela Constituição. Sobre a questão de publicidade institucional, também respeitamos o limite máximo permitido pela Constituição do Estado, que é de 1% da dotação orçamentária, gastamos só 0,33% desse montante, então, respeitando e dentro de todos os limites estabelecidos.

Em anexo ao Balanço Geral, também foi apresentado o relatório da CGE, nós sabemos que o Estado vem fomentando muito essa questão da transparência em 2023. Transformamos a antiga Auditoria Geral do Estado na Controladoria Geral do Estado, visando reestruturar todo o nosso sistema interno de controle interno. Foi criado o Conselho Estadual de Transparência Pública e Prevenção da Corrupção; e eu gostaria de esclarecer que esse sistema de controle interno, ele ainda está em fase de regulamentação, ainda é muito recente essa criação da Controladoria do Estado, a gente reconhece que ainda há muito a avançar.

Por isso essa regulamentação ela está em construção da CGE com apoio da Procuradoria Geral do Estado, com o intuito de que esse sistema se torne um sistema robusto e que, de fato, a gente consiga atender a todas as recomendações feitas anteriormente e nesta oportunidade por essa Corte de Contas.

Então, acho que todas essas questões, tanto trazidas pelo balanço quanto trazidas pelo relatório da CGE, demonstram que o governo vem fomentando e adotando medidas concretas de fato para fortalecer o seu órgão de controle central do sistema de controle interno.

Nós reorganizamos todo o sistema de controle interno, redefinimos sua atuação com a transformação da AGE na Controladoria Geral. Temos ciência de que há muito ainda para avançar, ainda é muito recente a criação da CGE, mas o Estado está com muito empenho em que isso se fortaleça cada dia mais.

O relatório da CGE mencionou também a parte das operações de crédito, é bom lembrar que essas operações de crédito foram fundamentais para que também permitissem que o Estado realizasse esses investimentos estruturantes, principalmente visando a COP, mas que ficará como legado para toda a sociedade.

É importante notar a nossa capacidade de pagamento e todos os nossos limites. O Estado ainda possui uma nota muito boa, que é a nota B, a nota da CAPAG que é dada pela Secretaria do Tesouro Nacional, isso nos permite, ainda nos dá uma folga para contrair operações de crédito com garantia da União, o que dá uma maior flexibilidade para ele negociar junto às instituições financeiras, essa possibilidade de ainda ter a garantia da União. Ainda estamos longe do limite máximo de capacidade de investimento, que é 200% da receita corrente líquida.

Então, tanto no Balanço Geral como na CGE, o Estado, com a sua equipe técnica, tentou detalhar nas recomendações do TCE referentes à execução do exercício de 2024, sobre o relatório dessa egrégia Corte de Contas. Eu queria também parabenizar a equipe técnica que elaborou o relatório, está muito bem, tecnicamente muito concreto, com as recomendações todas muito claras, uma análise tanto do balanço quanto do sistema de controle interno do Estado é muito claro todas as recomendações.

Então, do relatório constam 43 recomendações que já estão sendo analisadas pelos órgãos e entidades técnicas do Estado, visando a ideia de que elas sejam todas cumpridas, observadas, todas analisadas com cautela pelos principais órgãos técnicos do Estado que cuidam dessa área. Em relação ao parecer do MPC, ele também é tecnicamente muito bem elaborado, de maneira muito clara, dando todo o norte para que os órgãos técnicos e entidades do Poder Executivo consigam entender as recomendações e se organizar para cumprimento delas e ele foi no sentido da aprovação das contas futuramente pela Assembleia Legislativa.

Eu quero concluir falando que o Poder Executivo através da PGE hoje, aqui, reitera seus esforços através de seus órgãos e entidades técnicas, no sentido de fortalecer sua transparência, equilíbrio fiscal e desenvolvimento sustentável, observando sempre respeitosamente as recomendações desta egrégia Corte de Contas Estadual e nossa preocupação e fortalecimento no aprimoramento do atendimento das recomendações feitas.

Um bom dia a todos e obrigada.

Manifestação do Senhor **Ricardo Nasser Sefer**, Procurador-Geral do Estado do Pará:

Tal como foi exposto pelo ilustre Relator, também acompanhado pelo Ministério Público de Contas, e na fala da Doutora Adriana me pareceu muito claro a todos que nos ouvem, sejam técnicos da área ou não, de que as contas do Governo do Estado vão muito bem.

Elas vão muito bem, especialmente sob a ótica dos parâmetros dos ditames que estão previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, seja endividamento, seja relação de despesa de receita com a despesa com pessoal e outros tipos e naturezas de despesa.

Isso se deveu a um trabalho técnico que não é de hoje, já vem aí, ao longo dos últimos seis anos e meio, de uma equipe muito dedicada a ir muito bem no papel e ir muito bem nos números. Mas saber que ir bem no papel, ir bem no balanço e bem na contabilidade, é uma parte do que a sociedade espera de todos nós.

Ainda no resumo que foi disponibilizado a todos os presentes, a gente tem dados e informações que com certeza preocupam a mim, preocupam a todos aqui presentes. Mas preocupa especialmente a toda a sociedade paraense.

Me chamou muito a atenção, Presidente, os índices de saneamento básico do Estado do Pará fora da região metropolitana, nós temos uma cobertura de água de 46% quer dizer que 54% das pessoas fora da Região metropolitana de Belém não têm acesso a este bem, que é um dos bens mais essenciais para a vida de cada um de nós, que é a água tratada, água em condições de potabilidade para lavar uma roupa, para beber essa água ou pra fazer qualquer outra atividade doméstica.

Mais grave ainda é o índice de acesso ao esgotamento sanitário, Conselheiro Cipriano, que não chega a 10% fora da Região Metropolitana de Belém. Esse é um dos exemplos do foco das preocupações do Governador e deste governo fazer os direitos chegar e chegarem efetivamente à sociedade, e sim, a maior e a prioritária das preocupações deste governo, do Governador e da Governadora que lideram este governo.

E é por isso que nós vimos fazendo, não de hoje, esse processo já começou há alguns anos, um grande esforço de investimento em prol do Estado do Pará e da sociedade do Estado do Pará. Investimentos de todas as formas, sob todas as metodologias, em todos os campos, não somente em Belém em sua região metropolitana, não existe um município no Estado que não tenha um convênio com o Governo do Estado do Pará, que não tenha uma obra, das menores às maiores.

E obras não só com dinheiro público, também com dinheiro privado, com dinheiro decorrente de operação de crédito, nós não temos uma bala de prata para fazer o Pará avançar para atingir o patamar que a sociedade espera. Não é somente investimento público, é também investimento privado, não é somente a arrecadação direta dos tributos impostos, mas é também operação de crédito. Nós estamos muito longe, Doutora Adriana pontuou também já foi dito pelos que antecederam ela, estamos muito longe dos limites máximos de endividamento do Estado do Pará e quando eu não me endivido para fazer uma obra, isso quer dizer um direito ou muitos direitos a menos a cada um dos cidadãos.

Eu me lembro, Presidente, quando Governador, ainda na época de pandemia, quando o Governador anunciou a obra da revitalização que na verdade foi quase uma construção nova do Mangueirão do nosso estádio Mangueirão. Foi criticado por algumas pessoas: "poxa, será que é esse é o momento de fazer essa obra, de fazer esse investimento no Mangueirão".

No sábado, eu não estive lá presente, mas eu tenho certeza que muita gente esteve no Mangueirão, mais de 30.000 (trinta mil) pessoas em mais um show de grande relevância, de grande monta pro Mangueirão. O Mangueirão hoje, é palco de evento e palco de arrecadação para a sociedade paraense, é palco de fomento da atividade econômica para as pessoas que estão tanto lá naquela região, como também para toda a região metropolitana de Belém.

Nós estamos hoje Presidente com o processo avançado de concessão à iniciativa privada do nome do Mangueirão, e o que alguns chamam de naming rights é o direito de explorar o nome, como já se faz em outras experiências Brasil afora. Nós estamos esperando e vou adiantar vocês, esse número: arrecadar mais de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da iniciativa privada somente com a possibilidade de uma empresa ou de um grupo empresarial associar o seu nome ao Estádio Mangueirão.

São R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no mínimo esse vai ser o valor mínimo do lance na licitação, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) que certamente vão ser revertidos em melhorias para o próprio Mangueirão, mas em último caso, em última análise, a toda a sociedade paraense.

O processo de concessão do saneamento, talvez não tanto debatido do ponto de vista social, não tomou grandes manchetes em mídias sociais, em redes sociais, eu, inclusive, estou preparando um artigo para publicar nos jornais aí, provavelmente nesse final de semana. Vai ser o maior investimento em direitos para a sociedade paraense desde que o Pará é Pará.

Eu estou falando de algo em torno de R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) de investimento para garantir a 90% da população urbana do estado do Pará, um direito básico que é o tratamento do esgoto, é devolver à natureza a água em condição que você recebeu, e a 99% da população em área urbana do Estado do Pará receber essa água em condições de uso. Um investimento absolutamente impossível de se fazer enquanto alguns se mantêm a pensar que somente dinheiro público faz direito a chegar na porta da casa do cidadão. O que faz direto chegar a porta do cidadão é gestão pública eficiente, o que se faz com um conjunto de soluções e assim pensa o Governo do Estado do Pará.

Ciente das suas responsabilidades contábeis, orçamentárias, das suas responsabilidades de investimento, mas também ciente de que pra fazer aquilo que a sociedade

espera de todos nós, avançar em direitos é necessário um conjunto de soluções que vai tanto de estratégias exclusivamente públicas, mas também a estratégias privadas.

Nunca antes na história deste Estado os servidores públicos também foram tão valorizados no Estado do Pará, com garantia de direitos, com a correção de distorções históricas que vinham acontecendo para os servidores públicos do Estado do Pará.

Com essas palavras, com alguns desses exemplos eu queria enfatizar a manifestação técnica e parabenizar a Doutora Adriana Gouveia, procuradora-geral adjunta da Procuradoria Geral do Estado.

Em nome dela, toda equipe da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria de Fazenda, da Secretaria de Planejamento e Administração. Dizer pra vocês, como eu sempre digo ao Governador e a Governadora, que a atividade meio é também atividade fim, é pelo trabalho das mãos e das mentes de cada um dos servidores, especialmente dessas três secretarias que nos permite atingir belos resultados na área fim propriamente dita.

Claro, sempre com apoio, com sinergia, com todos os poderes, com todos os órgãos e instituições autônomas, cada um exercendo e bem, cumprindo a sua função. Muito obrigado a atenção de todos. Um bom dia.

Belém, 02 de junho de 2025.

JORGE BATISTA JUNIOR
Secretário-Geral do Tribunal Pleno